

ICMBio

Edição 484 - Ano 11 - 6 de setembro de 2018

em foco

ICMBio promove X Seminário
de Pesquisa e Encontro de
Iniciação Científica PÁGINA 4

Oficinas apresentam Programa de
Conversão de Multas Ambientais PÁGINA 8

Nova intranet busca melhorias no fluxo
de informações PÁGINA 10

Publicada Política de Geoinformação
do Instituto Chico Mendes PÁGINA 6



**X SEMINÁRIO DE PESQUISA E
X ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO ICMBIO
PESQUISAS ESTRATÉGICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL**

Comunidades Geraizeiras recebem oficina de comunicação popular

A comunidade São Modesto, situada no município de Montezuma (MG), beneficiária da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras, foi palco de uma oficina de comunicação popular no dia 18 de agosto. O evento reuniu jovens de comunidades tradicionais da unidade de conservação (UC) e teve como principal objetivo desenvolver um senso crítico sobre mídia e sociedade, no que se refere a comunidades tradicionais.

A oficina faz parte de uma das atividades do Projeto Bem Diverso, que visa melhorar e assegurar os modos de vidas de comunidades tradicionais e agricultores. Aproximadamente 12 jovens participaram de um bate-papo que abordou formas de comunicação e reflexões sobre a influência da mídia no dia a dia e os estereótipos e preconceitos que são criados sobre os povos tradicionais. Além disso, aprenderam técnicas de fotografia, como luz, foco e enquadramento, ao ressaltar a importância de entender a fotografia diante do seu contexto histórico. Na prática, todos tiveram a oportunidade de fotografar algo que contasse uma determinada história

e, em seguida, apresentar as imagens para uma análise coletiva.

Valdir Dias, comunicador popular da RDS Nascentes Geraizeiras e palestrante da oficina, pontua que o evento foi um espaço de oportunidade para refletir sobre os acontecimentos nas comunidades que são pouco valorizados pelos jovens. “As oficinas servem como ferramentas para o engajamento dos jovens em suas comunidades. Foi notório perceber o quanto a juventude gosta e se adapta rápido às tecnologias, como a fotografia. Com relação à comunicação popular, discutimos a importância da comunicação dentro das comunidades, sua contribuição ao registrar as atividades que acontecem na região e o modo de valorizar as culturas e tradições”, contou Valdir.

O palestrante destacou: “Comunicar é criar espaços para a juventude. É mostrar que eles têm capacidade, sim, para contribuir em suas comunidades. Uma troca de experiência, reflexão e uma certeza: comunicar é direito de todos. Podemos, sim, contar nossas próprias histórias”.



Nondas Silva

Parna Cavernas do Peruaçu inaugura novo atrativo

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG) promoveu em agosto uma caminhada inaugural da trilha do Arco do André. O atrativo, que tem 8 quilômetros de extensão, foi estruturado de forma conjunta por brigadistas, voluntários e condutores ambientais.

Para percorrer o trajeto, o visitante levará cerca de 7 horas. O Arco do André é uma trilha com propósito mais aventureiro, onde os visitantes poderão ter um contato mais próximo e direto com o rio Peruaçu, o carste e as matas primárias do interior da unidade de conservação (UC). As subidas e descidas íngremes e em terrenos acidentados exigem algum esforço e um maior nível de condicionamento físico por parte do visitante – diferentemente dos outros atrativos do parque.

Além disso, a trilha tem como maior característica a baixa intervenção e rusticidade, o que tem potencial para atrair um público diferenciado e possibilita a estadia de pelo menos um dia a mais do turista na região. Ela está localizada no cânion principal do rio Peruaçu, região que concentra alguns dos principais atrativos do parque já abertos à visitação, como a Lapa Bonita, Desenhos, Índio, Boquete e Janelão.

Segundo o chefe da unidade, Rafael Pereira Pinto, a trilha foi pensada e implantada no âmbito do acordo de cooperação com o Instituto Ekos Brasil. “Ela gerará mais

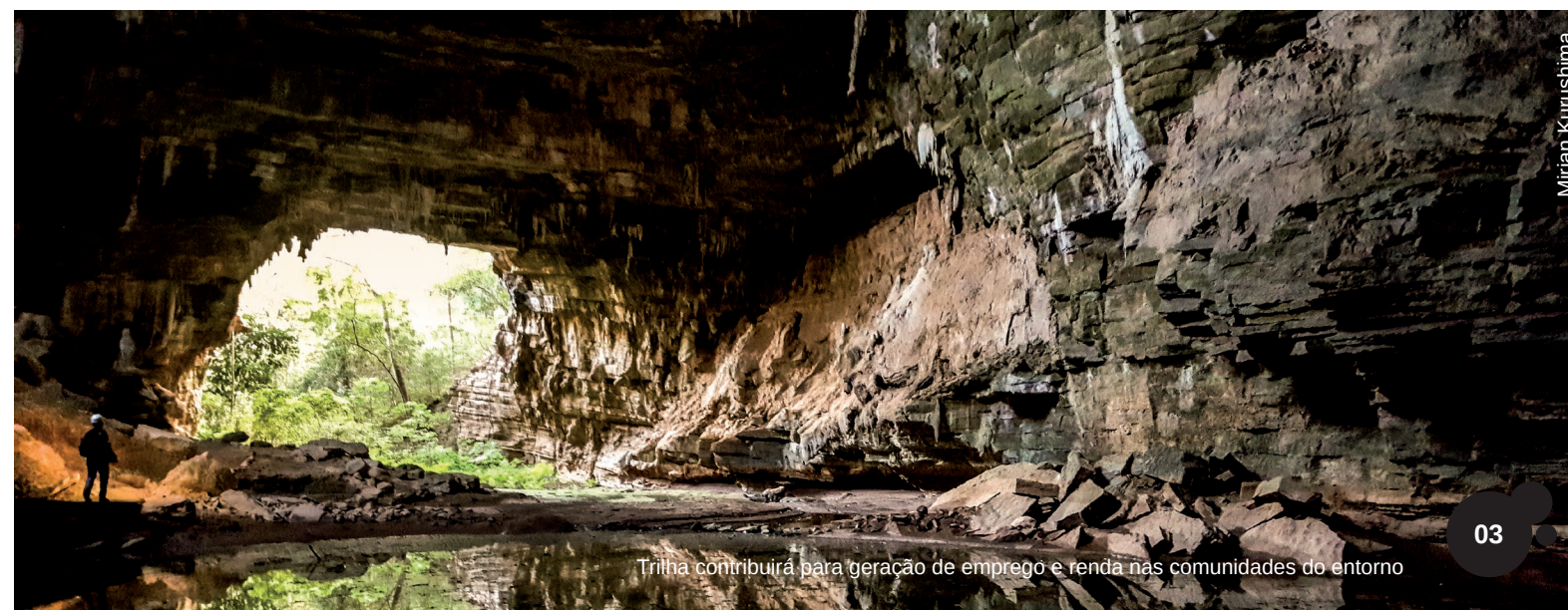
emprego e renda para as comunidades do entorno do parque. Acreditamos que essa trilha tem potencial para estar entre as mais incríveis do Brasil. Ela é fantástica, com mirantes naturais únicos, cavernas monumentais e uma caminhada de, literalmente, tirar o fôlego”, ressaltou Rafael.

Apesar de o circuito Arco do André não ter sido implementado junto aos demais, a equipe acredita que a abertura da trilha é fundamental para melhorar a qualidade da visitação no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, desafogando alguns atrativos mais visitados (como a Gruta do Janelão) e abrindo novas oportunidades de visitação em uma área mais primitiva da UC.

Outras informações na cartilha da nova trilha, em <https://bit.ly/2KVrCBO>



Acervo ICMBio



Mirian Kurushima

ICMBio promove X Seminário de Pesquisa e Encontro de Iniciação Científica

“Pesquisas Estratégicas para o Desenvolvimento Socioambiental”. Esse será o tema central da décima edição do Seminário de Pesquisa e Encontro de Iniciação Científica do instituto, que ocorre entre os dias 18 e 20 de setembro, na sede do ICMBio, em Brasília (DF).

Durante o evento, será lançado o Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio (PEP), documento que aponta os conhecimentos considerados chave para alavancar as estratégias de conservação conduzidas para o ICMBio em todo o país. A programação do seminário foi montada a partir da estrutura do PEP, trazendo, portanto, temas estratégicos para serem debatidos ao longo dos três dias.

Paralelamente ao seminário, ocorre a conclusão do décimo ciclo (2017/2018) do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic/ICMBio). Fruto da parceria com o CNPq, o Pibic é uma das ferramentas de estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e tem produzido trabalhos de qualidade, sob orientação de pesquisadores do ICMBio e alinhado ao PEP.

“A cada ano estamos aumentando a participação de lideranças comunitárias como palestrantes do evento. Acreditamos que, assim, ampliamos o diálogo entre pesquisadores, gestores e sociedade, fundamental para realizarmos uma pesquisa científica de qualidade e relevante para impulsionar ações de conservação realmente efetivas”, destaca a coordenadora de Pesquisa e Gestão da Informação sobre Biodiversidade, Ana Elisa de Faria Bacellar.

Entre os temas a serem debatidos em palestras e mesas-redondas estão avaliação de impacto ambiental, ordenamento pesqueiro, caça de subsistência, divulgação científica, direitos das comunidades tradicionais na gestão de unidades de conservação e muito mais. Além disso, serão apresentados 111 trabalhos conduzidos por servidores do ICMBio, alunos de iniciação científica e pesquisadores externos. Na página do evento, é possível consultar a programação completa. Confira em <https://bit.ly/2NzhL76>.



**X SEMINÁRIO DE PESQUISA E
X ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO ICMBIO**
**PESQUISAS ESTRATÉGICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL**

Oficina capacita marisqueiras de reservas baianas

Jaqueline Sicupira



ção conjunta das reservas extrativistas marinhas da Bahia”, explicou Jaqueline.

A pescadora Inajé da Conceição Ferreira, da aldeia Pará, localizada na Resex Marinha do Corumbau, avaliou a importância desse tipo de formação: “Achava que eu não era da pesca porque não vou ao mar, mas agora eu sei que, se acordo às 4 horas para preparar a merenda do meu marido, trato e vendo o peixe que ele traz do mar, eu também sou da pesca, e agora vou participar mais das atividades da reserva”.

Lideranças e pescadoras das reservas extrativistas Marinha do Corumbau e de Canavieiras (BA) participaram nos dias 25 e 26 de agosto de uma oficina da Cadeia Produtiva de Mariscos. Durante o evento, as participantes conheceram mais sobre organização dos insumos, captura, cozimento e catado do marisco aratu e aprenderam a preparar alimentos, pastéis e moqueca.

Essa modalidade de pesca é tradicionalmente desenvolvida em Canavieiras e passou a ser desenvolvida também em Corumbau. Jaqueline Sicupira, consultora envolvida na iniciativa, explica que a oficina foi uma forma de trabalhar conceitos em torno do tema cadeia produtiva do pescado a partir de uma atividade prática que possibilitasse integrar o conhecimento tradicional e as extrativistas com o entendimento de termos técnicos que elas se deparam diariamente.

“Trabalhamos o planejamento e a sensibilização para o ganho social, econômico e ambiental de um negócio coletivo, além de compreender quais são os produtos, o perfil dos clientes e as possibilidades de comercializa-

Marlene Santos Santana, da Resex de Canavieiras, pescadora e uma das fundadoras da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras do Estado da Bahia, sentiu-se lisonjeada em ensinar essa pescaria e em falar da importância da organização em rede. “Juntas e com união nós podemos mudar a vida do nosso povo”, ressaltou.

Para Ronaldo Oliveira, chefe da Resex Marinha do Corumbau, “atividades como essa são vitais para o fortalecimento comunitário. Mais do que o aprendizado e a articulação de alternativas para a cadeia produtiva do pescado, estar juntas, alimentando a solidariedade, reforçando a tradição e reafirmando o território dá forças para lutar por mais direitos. Assim se firma a família Resex”.

A oficina faz parte do projeto de “Elaboração Participativa de um Plano de Negócios para a Cadeia Produtiva do Pescado na Resex Corumbau”, do GEF Mar, que visa o fortalecimento comunitário. A iniciativa conta com a parceria do Funbio e ICMBio, com recursos do Banco Mundial.

ICMBio ganha Política de Geoinformação

Os dados geoespaciais do Instituto Chico Mendes agora deverão seguir as orientações da Política de Geoinformação do órgão. Na última semana, foi publicada a portaria que estabelece como deve ser a produção, o uso, a edição, a manutenção e a acessibilidade de dados geoespaciais no ICMBio.

A política é resultado de um trabalho que teve início em 2014 com a criação de um grupo de trabalho (GT), que apresentou a proposta de política, e foi finalizado com a realização de uma consulta pública aberta a todos os servidores do ICMBio. O documento define a produção e utilização de geoinformações no âmbito do ICMBio, contemplando padronização de formatos, organização do acervo, fluxo de informações, responsabilidades institucionais, divulgação e acessibilidade. Ela também propõe o alinhamento entre as bases de dados oficiais do instituto, as bases nacionais (por meio do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC) e a base de dados internacional de áreas protegidas.

“É importante que o ICMBio tenha uma Política de Geoinformação. Sem uma padronização, os dados geoespaciais são gerenciados de maneira pouco integrada e sem a devida atualização. A melhoria da gestão da geoinformação contribuirá com a gestão das unidades e a conservação da biodiversidade, com eficiência, economicidade, rapidez e qualidade para a gestão pública”, afirmou Fabiana Hessel, que integrou o GT.

A Política de Geoinformação do ICMBio recomenda a descentralização da produção da geoinformação no ICMBio por todas as unidades organizacionais do Instituto. O armazenamento e o compartilhamento de informações poderão ocorrer a partir dos bancos de dados locais, por exemplo, o SIG de uma unidade de conserva-

ção, ou por meio do banco de dados central, no ICMBio sede. Caso a informação seja de interesse nacional ou estratégica, deverá ser integrada ao banco de dados central, devendo passar por uma validação temática junto ao macroprocesso responsável pelo tema, garantindo-se padronização e qualidade da informação, e organizando o processo de atualização periódica.

A portaria indica, ainda, a criação de um subcomitê para tratar da temática do geoprocessamento de modo transversal; estabelece o Sistema Integrado de Geoinformação como plataforma de integração da geoinformação; apresenta e detalha as instâncias de produção, validação, armazenamento e consumo da geoinformação; caracteriza os dados geoespaciais produzidos e consumidos; e trata dos processos de capacitação em geoprocessamento, com a criação de uma Comissão Pedagógica no âmbito do Subcomitê de Geoinformação.

Nos próximos dias, será publicada a relação de servidores que participarão da primeira composição do subcomitê, que integrará representantes das quatro diretorias, das unidades de conservação, dos centros de pesquisa e coordenações regionais. Entre as tarefas iniciais desse grupo, destaca-se a elaboração do regimento interno e a proposta de estruturação do banco de dados central.

“É de suma importância que nessa etapa inicial tenhamos representantes com conhecimento e atuação na área de geoinformação engajados na missão de construção de uma proposta inovadora, integradora e participativa de produção, uso e divulgação dos dados geoespaciais do ICMBio”, ressalta Carla Lessa, integrante do GT.

A portaria pode ser conferida em <https://bit.ly/2U5YkC>.

Publicado PAN de Lagoas do Sul

O Instituto Chico Mendes aprovou o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul). O documento tem como objetivo melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis ou tradicionais associados ao território.

Envolvendo 157 ações em 4 objetivos específicos e coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul), o plano foi construído a partir da identificação, resgate, articulação, ampliação e sinergia de ações já em andamento, desenvolvidas em espaços de gestão e governança coletivos, como conselhos de unidades de conservação e fóruns de pesca, comitês e territórios.

“O PAN Lagoas do Sul foi construído a muitas mãos, buscando agregar as iniciativas que atuam para a conservação das espécies e das lagoas da planície costeira do sul do Brasil. É nessa agregação de vários processos de governança que está a aposta nos resultados de conservação”, afirma Roberta Aguiar dos Santos, coordenadora do Cepsul.

Joana Braun Bassi, da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul, destaca “o caráter pioneiro e paradig-

mático do PAN, além da ampla e diversa articulação em rede, reconhecendo o papel e protagonismo de agricultores familiares, indígenas e populações tradicionais na conservação ambiental, carregando em seu bojo, portanto, uma perspectiva socioambiental e horizontal de gestão de território”.

Já Dilton de Castro, do Comitê de Bacia do Rio Tramandaí, ressaltou “o processo participativo e a voz dada às comunidades tradicionais, aos espaços democráticos de gestão ambiental e de recursos hídricos e às organizações não governamentais, bem como a ênfase para que os processos de manejos da paisagem respeitem as aptidões naturais, o conhecimento tradicional e o científico para a conservação das espécies e ecossistemas em que vivem”.

No conjunto das ações, o PAN Lagoas do Sul visa à conservação de 29 táxons da fauna e 133 táxons da flora ameaçados de extinção, de forma articulada à conservação dos ecossistemas e à valorização dos modos de vida tradicionais ou sustentáveis.

Para Cindy Tavares Barreto, bolsista do Cepsul/CNPq, o PAN Lagoas do Sul é resultado de um processo de construção conjunta com atores locais, o que possibilitou o surgimento de parcerias entre pessoas interessadas no ambiente em que vivem e que objetivam cuidar dele. “É um PAN diverso, que possui estratégias de conservação da fauna, da flora e dos modos de vida, povos e comunidades tradicionais. Portanto é um grande desafio, mas que conta com a colaboração e a força de vontade de diversas pessoas que amam e se importam com as lagoas do sul do Brasil”, afirmou.

Walter Steenbock, coordenador do plano, finalizou: “O PAN Lagoas do Sul é fruto e semente. Fruto de um plantio de em mutirão de muitas iniciativas. Semente de uma política pública, do público”.

Acevo Pama da Lagoa do Peixe



Parque Nacional da Lagoa do Peixe

Oficinas apresentam Programa de Conversão de Multas Ambientais

O Instituto Chico Mendes realizou na última semana mais duas oficinas que buscam alinhar o entendimento de chefes de unidades de conservações e coordenadores regionais sobre as normativas relacionadas à conversão de multas. Os encontros vêm sendo realizados desde março e já envolveram 120 servidores em oito oficinas.

Os dois últimos eventos foram realizados em Porto Velho (RO), nos dias 27 e 28 de agosto, e Manaus (AM), em 29 e 30 de agosto, e contaram com representantes das coordenações regionais 1, 2 e 7. Os participantes receberam informações detalhadas da IN ICMBio nº 2/2018, do Decreto nº 9.179/2017 e da Portaria nº 71/2018, contemplando os fluxos de processos dos projetos e de julgamento dos pedidos de conversão de multas.

“A conversão de multas pode ser uma grande oportunidade para o desenvolvimento de projetos de interesse nas unidades de conservação, bem como oportunizar ao autuado quitar as dívidas provenientes das autuações”, ressaltou Glauce Brasil, instrutora de ação fiscalizatória que ministrou a oficina.

Vários questionamentos também foram abordados, como as modalidades de conversão de multas, até qual fase o autuado pode solicitar a conversão, quais serviços ambientais o autuado pode contemplar em seu projeto, como ocorre a adesão do autuado aos projetos na modalidade indireta, qual o valor da conversão de multas, como ocorre a celebração do termo de compromisso entre o autuado e o ICMBio, quais as vantagens do autuado participar da conver-

são de multas e quais os benefícios da conversão para o meio ambiente.

Após a finalização da etapa de oficinas, a equipe responsável pela conversão de multas, localizada na Coordenação-geral de Planejamento Operacional e Orçamento (CGPLAN), permanecerá à disposição das coordenações regionais e unidades de conservação para orientações, apoio nos pedidos de conversão de multa e implementação e execução dos projetos.

“A conversão de multas significa um avanço na política ambiental com grande possibilidade de converter multas em projetos que possam efetivamente ser aplicados nas unidades de conservação”, ressaltou Simone Nogueira dos Santos, coordenadora regional em Porto Velho (CR1).

Confira no Pingue-Pongue, página 18, mais detalhes sobre a conversão de multas. Outras informações podem ser obtidas pelo e-mail conversaoemultas@icmbio.gov.br e telefones (61) 2028-9275/ 9020/ 8702.



Oficinas contam com a participação de chefes de UCs e coordenadores regionais

Acervo ICMBio

Alunos concluem curso promovido pela APA Cairuçu

Jose Aldoir Rodrigues



Projetos desenvolvidos durante o curso envolveram diferentes comunidades

A primeira turma do curso de Formação Inicial e Continuada em Gestão e Manejo de Águas formou-se em 25 de agosto, na Casa da Cultura de Paraty, no centro histórico da cidade. O curso foi realizado entre os meses de fevereiro a agosto, na sede da Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu, em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e a prefeitura de Paraty.

Os módulos abrangeram temas como microbiologia e qualidade da água, bacia do rio Carapitanga, desenvolvimento de projetos comunitários, nutrição, saúde, alimentação, gestão de unidades de conservação (UCs) e saneamento ecológico. Ao longo do curso, que teve carga horária de 180 horas de aulas presenciais, os alunos tiveram a oportunidade de ir a campo e desenvolver projetos que foram colocados em prática em diferentes comunidades do território.

Durante o curso foram realizados cinco projetos coletivos: implantação de meliponário experimental na aldeia guarani Mbya Itaxi - Terra Indígena Parati Mirim; proteção do olho d'água

por meio de atividade extensionista; qualidade do corpo aquático - Carapitanga da nascente à foz; implementação de filtro de areia artesanal na escola municipal do Quilombo do Campinho da Independência; e conversa com a comunidade - mapeamento dos problemas socioambientais da Ponta Grossa.

O curso teve alunos de diferentes comunidades que interagiram e participaram ativamente, como relatou José Aldoir Rodrigues, morador de Pedras Azuis. “A turma formou-se a partir da pluralidade que caracteriza as margens do rio. Caiçaras, quilombolas, índios e apaixonados que aqui fincaram raízes com seus diferentes sotaques e credos questionaram, aprenderam e ensinaram irmanados numa mesma proposta. E, o melhor, deixaram projetos contemplando as necessidades das comunidades envolvidas”, disse.

Na cerimônia de encerramento, a chefe da APA, Lilian Hangae, destacou a importância do envolvimento dos alunos e a formação de uma rede de pessoas que desejam desenvolver outras atividades no local. “Queremos manter o interesse dessa turma no território e envolvê-los em projetos da UC previstos para acontecer ao longo do próximo ano”, ressaltou Lilian. Ao final do curso, a chefe avaliou que um dos objetivos da unidade nesse processo foi alcançado: “Nossa intenção era aproveitar o ambiente educacional para ampliar o relacionamento entre a comunidade e a APA de Cairuçu, promovendo consciência e participação. Observo que conseguimos”.

Além da chefe da APA de Cairuçu, estiveram presentes o professor José Arimathéa Oliveira, pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, Valorização de Pessoas e Sustentabilidade; Rafael Almada, representando o reitor do IFRJ; Cintia Santos, coordenadora-geral dos cursos de Formação Inicial e Continuada; Rosângela Bezerra da Silva, coordenadora do curso; e Monica Batista, professora do IFRJ e o vice-prefeito de Paraty, Luciano Vidal.

Conheça a Rede ICMBio!

Agora está mais fácil achar o que precisa. Com um visual mais leve e intuitivo, a nova intranet do ICMBio chega para reunir em um só local vários serviços e alavancar a comunicação interna do Instituto.

Desenvolvida com aplicativos do Office 365, a Rede ICMBio está acessível e se adapta a qualquer dispositivo, facilitando o acesso dos colaboradores do ICMBio. No novo portal, você pode encontrar e-mail, todos os telefones, serviços de tecnologia da informação, resenha do Diário Oficial da União, boletins de serviço, notícias, vídeos e muito mais!

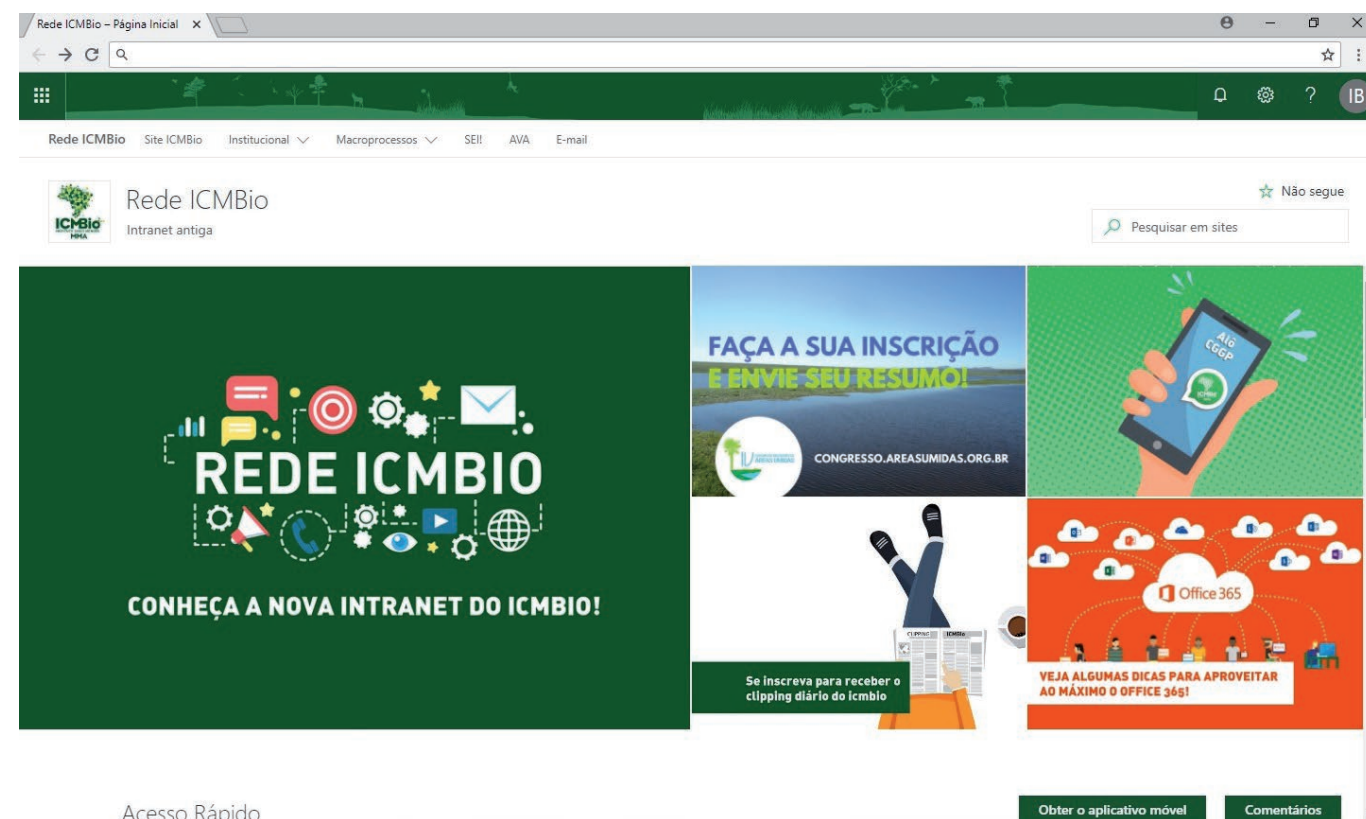
Um dos avanços é o site da Coordenação-geral de Gestão de Pessoas (CGGP), que agora está dentro da Rede ICMBio e tem seu conteúdo todo atualizado. São várias orientações e normativas que estão disponíveis, evitando

que o servidor precise ligar ou enviar um e-mail para tirar uma dúvida sobre procedimentos.

A nova Rede ICMBio foi projetada para atender necessidades presentes há muito tempo e espera-se que seja uma facilitadora diária de quem está nas unidades de conservação e até mesmo na sede. É possível acessá-la pelo link rede.icmbio.gov.br, no site do ICMBio no canto superior esquerdo ou por smartphone, bastando acessar a loja de aplicativos e procurar pelo aplicativo SharePoint. Depois, basta acessar com login e senha do e-mail corporativo, procurar o site da Rede ICMBio e pronto, a nova intranet está em suas mãos!

COLABORE COM A REDE!

Para sugestões de conteúdo e críticas, basta enviar e-mail para comunicacao@icmbio.gov.br



Acesso Rápido

Parceiros realizam limpeza em trilha no Parna de Jurubatiba

Integrantes do grupo Macaé Fora de Estrada, em parceria com representantes do Jeep Club de Niterói, realizaram, em agosto, uma coleta de lixo ao longo dos 12 quilômetros da trilha Cômoro, no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ). Grande parte do lixo recolhido veio do mar, levado pelas marés e o vento até a restinga.

Cerca de 150 pessoas, em 55 veículos 4x4, participaram do mutirão. Foram recolhidos aproximadamente 300 sacos de cem litros de lixo, em sua maioria, pedaços de isopor, garrafas plásticas, latas de metal e restos de redes de pesca. Segundo Marcelo Montes, do grupo Macaé Fora de Estrada, a atividade busca contribuir para a limpeza da área e a promoção de passeios em veículos tracionados com segurança e respeito ao meio ambiente.

Marcelo Pessanha, chefe do Parna Restin-

ga de Jurubatiba, elogiou a iniciativa: "Ações como estas são incentivadas pelo ICMBio, pois aproximam a população das unidades de conservação federais, favorecendo o cumprimento dos objetivos de sua criação, que são a proteção ao meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento sustentável". O analista ambiental apresentou as normas de segurança e ambientais que todos deveriam seguir durante a atividade.

"O lixo que chega à Jurubatiba é trazido, em sua grande maioria, pelo mar. São resíduos lançados no rio Macaé que atingem a área devido ao sentido da correnteza. Os participantes da atividade não apenas contribuíram para a limpeza de uma das mais importantes áreas de restinga do país como também fortaleceram a preservação do parque com suas ações espontâneas e voluntárias", afirmou Marcelo Pessanha.



Prosa sobre valores, ética e mediação de conflitos é tema de Quinta da Boa Prosa

Recebidos pelas doces melodias tocadas pelo analista ambiental João Madeira, aos poucos os colegas do ICMBio desciam para prosar sobre um assunto de suma importância. Ao completar 11 anos, que tema melhor para a Quinta da Boa Prosa que o próprio ICMBio?

O bate papo foi com o filósofo clínico e professor Marcello Árias. Ele conduziu a capacitação que culminou na formação do Núcleo de Estudos e Formação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais (Mediare). O grupo foi formado após a realização do curso com 33 servidores de diferentes localidades do ICMBio. Foram três módulos ministrados entre fevereiro e abril, na Acadebio, quando a Portaria nº 397/2018 foi publicada instituindo oficialmente o Mediare.

“Nestes anos, temos feito inovação, valorizando o aprimoramento do nosso corpo técnico. Mas avaliamos que, apesar dessa capacitação técnica, nos faltava um ponto: o das relações humanas”, destacou a diretora de Planejamento, Administração e Logística, Silvana Canuto. Ela disse que a ideia de instituir um núcleo de formação humana foi uma necessidade sentida pelos gestores do órgão, referendada por demandas dos próprios servidores que desejavam uma instância antes de levar conflitos a instâncias superiores.

Na apresentação, Árias mostrou algumas diferenças de ética filosóficas de pensadores conceituados acadêmicos, da ética virtuosa de Aristóteles a de Shopenhauer. E que não existe nenhuma certa ou errada, ou superior ou inferior à outra. Logo, Árias falou sobre valores e o senso identitário, afinal é pelos valores que reconhecemos como um indivíduo age ou pensa.

E aí é que entra a importância de trabalhar os valores do ICMBio enquanto instituição, pois este deve ser o norteador. “Cada indivíduo tem seus valores, mas não podemos tornar o ICMBio um espaço para exercermos apenas os nossos valores individuais sem nos importarmos que aí entramos

em conflito com os valores do outro”, ressalta Árias. “O processo de mediação de conflitos só vai ser efetivo quando os valores do ICMBio estiverem bem solidificados para que não haja dúvidas sobre quais são os norteadores”, finaliza.

Além do sistema de valores, Árias mostrou os conflitos e suas diferentes dimensões. O que pode começar com apenas um endurecimento de relação pode culminar com ambas as partes caminhando juntas ao abismo, pois em uma situação de conflitos não há ganhadores. Em cada fase, é recomendável um tipo de intervenção, embora haja conflitos que, infelizmente, são de difícil resolução.

O Mediare é um núcleo que vai investir, sobretudo, na prevenção de conflitos. “O Mediare vem para nos tornar conscientes do quanto somos produtores de conflito, mas acima de tudo, conduzir este processo com capacidade reflexiva e bases teóricas”, disse Árias. Por isso, o Mediare previu duas incursões para semear o conhecimento entre os servidores da Unidade Especial Avançada (UNA) em Itaituba e na Coordenação Regional 9, em Florianópolis.

Está previsto, ainda para o ano de 2018, o lançamento de publicações para disseminar o conhecimento sobre as relações humanas e transformação de conflitos dentro do ICMBio.

ESTRUTURA

O Mediare é coordenado pela diretora titular da Diplan, Silvana Canuto, e possui uma Secretaria-Executiva, responsável pela recepção e qualificação das demandas, bem como pela logística de deslocamento da equipe. Os outros servidores ocupam dois grupos de trabalho: o de Formação, responsável pelas bases pedagógicas dos cursos, capacitação continuada dos próprios membros do núcleo e produção de materiais didáticos, e o de Mediação, que media os conflitos propriamente ditos. Quem sentir necessidade de procurar o Mediare, pode enviar um e-mail para mediare@icmbio.gov.br.

RPPNs terão nova regulamentação



Zig Koch

RPPN Fazenda Acurizal e Fazenda Penha, regulamentação busca fortalecer essa categoria de unidade de conservação

Servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e representantes de reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs) reuniram-se no ICMBio, entre os dias 28 e 29 de agosto, para discutir a minuta do novo decreto que normatiza essa categoria de unidade de conservação (UC).

A intenção é reunir propostas para atualizar a normativa, que possui 28 anos. “Nossa principal motivação é modernizar o decreto para que nele possam constar demandas históricas dos RPPnistas, principalmente as que facilitem a gestão, criação e implementação dessas unidades de conservação”, conta a presidente da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN), Maria Cristina Weyland Vieira. Entre essas demandas estão a regulamentação das unidades para empresas de capital misto e em áreas de assentamento e a criação de

um Fundo Nacional, cujo objetivo seria captar recursos para criação, implementação e gestão das reservas, administrado pelo ICMBio via Conselho Deliberativo com instituições que representam as RPPNs e especialistas.

Outra expectativa é a do Programa Nacional das RPPNs, que contém aspectos para promover a conservação por meio das reservas. “Acreditamos que com isso o proprietário se sinta mais estimulado a criar e manter uma RPPN, o que contribuiria para aliviar o Estado no que se refere à conservação de ecossistemas”, afirma Weyland.

O produto final da oficina foi a elaboração de uma minuta do novo decreto. A seguir, o documento será apresentado para as associações regionais com o intuito de validar as propostas e avaliar as contribuições.

Jangadeiros de Tamandaré recebem treinamento em interpretação ambiental

O ICMBio Costa dos Corais promoveu o 2º Curso de Princípios de Interpretação Ambiental e Excelência no Atendimento ao Visitante na Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais. Realizado em conjunto com a Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (Coest), o curso contou com apoio da Prefeitura de Tamandaré (PE), por meio da Secretaria de Turismo, e financiamento do Projeto GEF-Mar/Funbio, da Fundação SOS Mata Atlântica e da Fundação Toyota do Brasil.

A capacitação foi dirigida, principalmente, para os membros da Associação Jangadeiros de Tamandaré, mas contou também com a participação de monitores do Forte de Santo Inácio (que integra o Parque Municipal Natural do Forte Tamandaré), um dos principais monumentos históricos da região da Mata Sul de Pernambuco, ao norte da APA Costa dos Corais. A capacitação compõe a estratégia de aproximação da unidade de conservação (UC) com o setor turístico e o poder público local, de valorização e resgate da cultura das jangadas à vela e de incentivo às atividades de turismo de base comunitária, ecológico e de baixo impacto.

O curso foi conduzido por instrutoras integrantes da equipe técnica ampliada de Interpretação Ambiental do ICMBio, vinculada à Coest, e teve por objetivo oferecer aos participantes novas ferramentas para aprimorar o trabalho de atendimento e sensibilização dos visitantes em relação à conservação da natureza, em harmonia com a dinâmica cultural. Para a instrutora Luciana Nars, “a capacitação em interpretação ambiental na unidade fortaleceu a valorização do conhecimento dos jangadeiros e do patrimônio local”.

Esta é a primeira capacitação que a Associação Jangadeiros de Tamandaré recebeu sobre a temática de Interpretação Ambiental conforme a abordagem do ICMBio. “O público teve uma enorme receptividade e aproveitamento”, ressaltou Eduardo Almeida, ponto focal da Área Temática de Uso Público, Negócios e Serviços Ambientais do NGL ICMBio Costa dos Corais. O próximo passo, em novembro de 2018, será a capacitação de agentes multiplicadores, parceiros da APA Costa dos Corais e da Reserva Biológica de Saltinho, para dar apoio à equipe do ICMBio Costa dos Corais em futuros cursos ofertados aos condutores de visitantes.



Rafael Almeida

Capacitação busca aproximar a unidade do setor turístico e poder público local

www.icmbio.gov.br

Vivências estimulam participação de conselheiros das Sempre-Vivas

Conhecer para participar! Essa tem sido uma premissa praticada no Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG). A proposta tem transformado a atuação dos conselheiros e o resultado é claro: pertencimento, estímulo e envolvimento na realização das ações do Plano de Ação do Conselho.

O Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre-Vivas foi criado em 2009 e durante sua trajetória poucos conselheiros conheciam o território da unidade de conservação (UC), seu interior e as comunidades do entorno. “As discussões e propostas de ações eram, muitas vezes, baseadas apenas em informações”, diz o analista ambiental Bruno Vinícius.

A partir dessa percepção, foi modificado o modo de funcionamento do conselho: as reuniões que antes eram realizadas nos núcleos urbanos dos quatro municípios que abrangem a área do parque (Diamantina, Bocaiuva, Buenópolis e Olhos D’água) agora estão nas comunidades do entorno e na própria UC. Além disso, são acompanhadas por vivências e visitas técnicas que geram maior conhecimento sobre as realidades com que a equipe da unidade atua.

Trabalhando dessa forma, em 2017, uma reunião foi realizada no interior do parque, em que os conselheiros visitaram locais potenciais para estruturação de roteiros turísticos, áreas de pesquisas e de realização do Manejo Integrado do Fogo (MIF). Já neste ano, outras duas reuniões foram realizadas em comunidades do entorno: Curimataí, em Buenópolis, e Inhaí, em Diamantina. Nessas comunidades foi possível vivenciar a realidade local, interagir com os moradores e conhecer roteiros turísticos e manifestações culturais. Essas reuniões e vivências foram realizadas por meio do projeto de capacitação do conselho, aprovadas em 2016 e 2018, via Projeto das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nathalia Portero, analista ambiental do parque, conta que os conselheiros estão envolvidos no plano de ação de forma efetiva,

pois participaram de sua construção e vem atuando na execução das atividades planejadas. Ela ainda complementa que as reuniões do conselho no parque e nas comunidades do entorno valorizam as comunidades e aumentam o diálogo com as comunidades.

O novo modo de atuação requer mais tempo e atenção como toda organização, pois a logística se torna mais complexa. Por outro lado, como resultado dessas vivências, foi obtido maior apoio dos moradores locais e instituições na realização das atividades. Outro resultado importante foi o aumento no número de participantes no programa de voluntário da unidade.

“Aumentar a participação de todas as comunidades do entorno ainda é um desafio e alternativas estão sendo construídas. A representatividade depende também da organização da comunidade em associações e do histórico de relação com o parque, por isso estamos estimulando o fortalecimento das associações e construindo relações de confiança”, afirmou Bruno Vinícius.



Iniciativa incentivou maior atuação dos conselheiros

Acervo Parna das Sempre-Vivas

Plano Anual de Capacitação - PAC será o primeiro resultado do mapeamento de competências

Um documento voltado para as lacunas de competências apresentadas pelos servidores. Esse será o primeiro resultado do projeto de Mapeamento de Competências: o Plano Anual de Capacitação – pensado de acordo com as lacunas identificadas pelos servidores.

Os Planos Anuais de Capacitação do ICMBio, que são elaborados anualmente, eram, até então, uma conciliação entre as necessidades levantadas pelos servidores e a priorização realizada pelo Comitê Gestor de Capacitação. A Partir do mapeamento o ICMBio passará a realizar uma análise mais técnica ao planejar seus cursos e trilhas de aprendizagem baseado em Competências.

Para chegar a esse resultado, durante o mês de agosto, diversas ações foram realizadas em andamento ao projeto. No dia 20, foi promovido um encontro com servidores e colaboradores para esclarecer o que é o projeto de mapeamento de competências. O professor Thiago Dias, do Laboratório de Gestão do Comportamento Organizacional da Universidade Federal do Pará (UFPA), apresentou o projeto e falou como ele poderá colaborar contribuir com para a gestão de pessoas no Instituto Chico Mendes.

“Em uma instituição que utiliza a gestão por competências, a abertura de concurso público, a lotação dos servidores e o dimensionamento da força de trabalho são algumas das ações que passam a ser pautadas pelas competências identificadas naquele órgão e por suas lacunas”, explicou Thiago.

No caso da capacitação, por exemplo, será possível criar programas específicos para aqueles que ocupam ou venham a ocupar cargos gerenciais. O ICMBio também poderá realizar concursos públicos com base nas competências identificadas no mapeamento,

direcionando vagas para perfis que são necessários no órgão, mas que ainda não são encontrados em seu corpo técnico.

OFICINAS

Também como parte da programação do projeto, um grupo de servidores da sede do ICMBio participou, nos dias 23 e 24 e 30 e 31 de agosto, de duas oficinas de capacitação para o projeto de Mapeamento de Competências. Na oportunidade, os participantes puderam conhecer como acontece todo o processo para realização do projeto e sua continuidade, com a finalidade de institucionalizar esse conhecimento para o desenvolvimento de novos ciclos.

Além disso, foi apresentado o Sistema de Gestão de Competências - GESTCOM, que abrigará todos os dados coletados com os servidores. A partir dele, a CGGP poderá planejar e desenvolver uma série de ações com base em análises objetivas.

PRÓXIMOS PASSOS

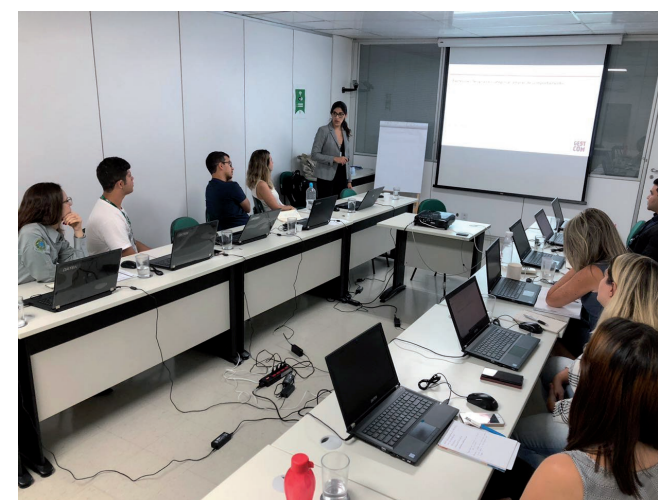
Durante este mês, quatro oficinas serão realizadas com representantes das Coordenações da sede, dos Núcleos de Gestão Integrada (NGIs), Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAAsFs), Coordenações Regionais (CRs), Unidades de Conservação (UCs) e Centros de Pesquisa. Nesses encontros, os servidores serão capacitados para descrever as competências de suas unidades organizacionais ou de grandes temáticas.

São essas competências, que após análise da Universidade Federal do Pará UFPA, comporão um formulário, a ser enviado e respondido pelos técnicos e analistas do ICMBio, o que acontecerá possivelmente nos meses de outubro e novembro. “Todo servidor terá a oportu-

nidade de analisar as competências que foram estabelecidas para determinada unidade organizacional e se posicionar naquele tópico – se não realiza aquela competência, se é de sua responsabilidade e se precisa de uma capacitação na área”, explica Thiago.

“O envolvimento de todos os servidores neste projeto é de grande importância muito importante para que possamos desenvolver ações efetivas na área de gestão de pessoas. Convido você a conhecer a iniciativa”, ressaltou Helena Machado Cabral, coordenadora-geral de Gestão de Pessoas.

Mais informações através do email competencia@icmbio.gov.br e dos telefones (61) 2028-9163/9162.



Gabriel Schulz



PINGUE-PONGUE

Programa de Conversão de Multas Ambientais do ICMBio

O Instituto Chico Mendes está realizando uma série de oficinas que buscam alinhar o entendimento de chefes de unidades de conservações e coordenadores regionais sobre as normativas relacionadas à conversão de multas., conforme noticiado na página XX. A equipe do ICMBio em Foco conversou sobre o assunto com Flávia Cristina Gomes de Oliveira, coordenadora-geral de Planejamento Operacional e Orçamento (CGPLAN).

O que é conversão de multas?

É a permissão que se dá ao autuado para que ele converta o dever de pagar uma multa ambiental na obrigação de prestar um serviço ambiental. De acordo com a Instrução Normativa nº 2, de 19 de janeiro de 2018, art. 2º, I, conversão de multas é a substituição de multa simples por serviços de preservação, conservação da natureza, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Quais são os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente?

São ações como recuperação de áreas degradadas para conservação da biodiversidade e conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente; recuperação de processos ecológicos essenciais; recuperação de vegetação nativa para proteção; recuperação de áreas de recarga de aquíferos; proteção e manejo de espécies da flora nativa e da fauna silvestre; monitoramento da qualidade do meio ambiente e desenvolvimento de indicadores ambientais; mitigação ou adaptação às mudanças do clima; educação ambiental; ou promoção da regularização fundiária de unidades de conservação.

Qualquer autuação pode ser convertida em serviços?

Não. Apenas multas simples.

Quais são as modalidades de conversão de multas e como funciona cada uma delas?

Há duas modalidades de conversão de multas: a direta e a indireta. Na modalidade direta, o autuado presta o serviço diretamente,

elaborando, apresentando e executando, por meios próprios, projeto que contemple serviço de conservação, preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. O valor do desconto da multa nessa modalidade é de 35%.

Na modalidade indireta, o autuado deve aderir a projeto ou parte do projeto, chamado de cota-parte, que contemple serviço de conservação, preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. O valor do desconto da multa nessa modalidade é de 60%. Nesta modalidade, o autuado indica no pedido de conversão de multas a quantidade de parcelas mensais e sucessivas desejadas para o pagamento do valor devido, observando que o parcelamento máximo será de 24 vezes.

O autuado pode realizar a recuperação do meio ambiente por conta própria, sem apresentar projeto ou comprovante do serviço?

Não. Ele deve escolher uma das modalidades de execução (direta ou indireta) para efetivar a quitação de sua multa.

No caso da modalidade direta, outra pessoa pode apresentar o projeto no lugar do autuado?

Não, somente o próprio autuado poderá apresentar projeto ao Instituto Chico Mendes.

Como ocorre a adesão do autuado aos projetos no caso da modalidade indireta?

Primeiramente, ocorre a seleção dos projetos por meio de chamamento público realizado pelo Instituto Chico Mendes, os quais serão executados pelas organizações selecionadas. Nesse caso, caberá ao autuado depo-

sitar o valor devido em uma conta garantia, aberta em seu próprio nome, em um banco público indicado pelo Instituto Chico Mendes, previamente selecionado por meio de licitação. O banco público realizará a transferência dos valores para a organização que irá proceder a realização do projeto.

O autuado pode escolher o projeto em que quer converter a multa?

Na modalidade direta fica a critério do autuado escolher em qual área vai elaborar e executar o projeto. Nesse caso, ele deverá elaborar projeto, indicando seu custo total, e deve prioritariamente ser direcionado à unidade de conservação que tenha sofrido o dano ou, se não for possível, a alguma localizada no mesmo bioma.

Na modalidade indireta, o ICMBio definirá os temas, por meio de sua Câmara Consultiva Nacional, e selecionará projetos a serem implementados com os recursos depositados nas contas garantia. Dessa forma, o autuado irá aderir a projeto previamente selecionado.

Para que servem os projetos?

Para direcionar a forma como a conversão será aplicada, bem como definir as áreas que necessitam de mais apoio para serem recuperadas.

Como o autuado faz para requerer a conversão de multas?

O pedido de conversão de multa será formulado por escrito, em qualquer fase do processo até o momento da manifestação do autuado em alegações finais.

Até que momento o autuado poderá requerer a conversão?

O autuado poderá requerer a conversão de multa até o momento da sua manifestação em alegações finais antes do julgamento do auto de infração.

Para onde o autuado encaminha o pedido?

O pedido poderá ser encaminhado via postal ou protocolizado em qualquer unidade ad-

ministrativa do ICMBio. No pedido deverá ser indicado o auto de infração referente à multa que pretende converter, bem como a modalidade desejada (direta ou indireta).

Em caso de deferimento do pedido de conversão de multa, o autuado não precisará recuperar o dano?

A efetivação da conversão de multa e a respectiva quitação da obrigação não desobrigam o autuado de recuperar o dano causado pela infração nem de responder criminalmente pela ação, quando for o caso.

O ICMBio poderá indeferir o pedido de conversão de multa?

Sim, se estiver fora do prazo, se o pedido for solicitado por quem não seja legitimado ou se for solicitado perante órgão incompetente. O deferimento de cada projeto fica condicionado à existência de interesse do ICMBio, levadas em consideração a conveniência e oportunidade de implementação dos serviços propostos na unidade de conservação a ser beneficiada.

Qual será o valor da conversão de multa?

O valor da multa simples será atualizado monetariamente pela taxa Selic, acumulada mensalmente, calculado a partir do mês subsequente ao do vencimento do auto de infração até o mês anterior ao seu julgamento, acrescido de um por cento referente ao mês do julgamento, e após, será aplicado o desconto, de acordo com modalidade de execução escolhida.

Qual o prazo para a execução do projeto e consequente conversão da multa? Poderá ser prorrogado?

O prazo de execução do projeto poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de dez anos, em função da complexidade de execução dos serviços e obrigações pactuadas. Este prazo será definido no Termo de Compromisso de Conversão de Multas - TCCM, celebrado entre o Instituto Chico Mendes e o autuado.

Será admitida a prorrogação do prazo de execução e vigência do TCCM por meio de termo aditivo, a critério do ICMBio, desde que o pedido de prorrogação seja apresentado e justificado pelo autuado em até trinta dias antes do término do prazo inicialmente previsto no TCCM. Essa prorrogação não poderá exceder o prazo de cinco anos.

A celebração do Termo de Compromisso de Conversão de Multas põe fim ao processo administrativo?

A celebração do TCCM não põe fim ao processo administrativo. Ao término da execução do projeto ou de sua cota-parte, a autoridade julgadora emitirá termo de encerramento de projeto ou de sua cota-parte, no qual deverá constar a efetivação da conversão de multa e a respectiva quitação da obrigação.

Quais as consequências em caso de inadimplemento do autuado quanto ao cumprimento das medidas relacionadas o programa de conversão de multas?

A inadimplência do autuado em qualquer fase do processo e independente da modalidade de execução, enseja a anulação unilateral do termo de compromisso, o cancelamento da conversão de multa e a cobrança dos valores devido pelo autuado, devidamente corrigidos.

Quais as vantagens para o autuado de participar da conversão?

O autuado terá ao final da execução do projeto ou cota-parte a quitação de sua multa, e ainda estará contribuindo para a melhoria do meio ambiente.

Quais são os benefícios da conversão de multas para o meio ambiente?

A recuperação do meio ambiente é feita de forma mais eficaz, tendo em vista ter o recurso disponível com mais rapidez, sem necessidade de utilizar instrumentos mais burocráticos para realização do projeto.



Curta

Parna dos Lençóis Maranhenses terá novo PIC

A Prefeitura de Santo Amaro (MA) doou um imóvel no centro da cidade para o ICMBio instalar um Posto de Informações e Controle (PIC) do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. A infraestrutura já estava prevista no plano de manejo e a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan) já autorizou a unidade de conservação (UC) a construir o PIC com alojamento no município.

O parque nacional já possui recursos extra orçamentários de compensação ambiental para o projeto. A construção dos prédios auxiliará a administração da unidade no ordenamento do uso público no município, principalmente considerando o aumento da visitação com a conclusão da rodovia MA-320, que ligou Santo Amaro à BR-402, dando acesso à capital do estado São Luís.

Parna Marinho dos Abrolhos recebe visitantes especiais

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (BA) promoveu no dia 22 de agosto uma visita especial dentro do programa “Comunidade em Abrolhos”, tendo como público alvo alunos, familiares e professores da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Caravelas. A atividade contou com um cuidadoso planejamento da equipe envolvida, voluntários e parceiros, e teve como enfoque promover também a inclusão social. Um dia especial, emocionante e alegre foi o que ficou gravado nos participantes. Além do sentimento de que todos podem desfrutar dos benefícios das unidades de conservação, incluindo os emocionais e aqueles relativos à saúde. Jamerson Dias, aluno da Apae, disse em seu relato emocionante: “Os peixes de Abrolhos estão em meu coração e o mergulho deixará saudades. Isso foi um sonho!”. Também participaram da visita profissionais do curso de Publicidade da Universidade Federal Fluminense, que em parceria com a Secretaria de Turismo de Caravelas, o ICMBio e outras instituições estão desenvolvendo um plano de marketing

publicitário para Caravelas e demais municípios da Costa das Baleias, tendo como um dos destaques o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. A atividade contou com apoio do Projeto GEF Mar, da empresa Abrolhos Embarcações que forneceu embarcação e tripulação, Apae/Caravelas, profissionais de saúde da Prefeitura Municipal de Caravelas, Compescar, voluntários do ICMBio e condutores de visitantes.



Acervo Parna Marinho dos Abrolhos

Flona do Rio Preto revitaliza centro de visitantes

A Floresta Nacional (Flona) do Rio Preto (ES), em parceria com empresas locais, acaba de revitalizar seu Centro de Visitantes. Vários ambientes naturais e espécies de animais foram capturados pelas lentes fotográficas e aplicados nas paredes do centro, tornando-o mais bonito e aconchegante. A fauna da unidade também foi representada em dezenas de dioramas, que mostram os animais em seu habitat natural e apresentam informações sobre as espécies. Outra novidade foi a repaginação da “Trilha dos Viveiros”: diversas espécies silvestres encontradas na Flona foram reproduzidas em fibra de vidro em seu tamanho natural. Assim, os visitantes encontrarão na trilha onça-parda, urubu-rei, tucano-de-bico-preto, bicho-preguiça, cutia,

veado-mateiro, entre outros. “O apoio institucional que temos recebido é de vital importância, pois permite que possamos manter nossa estrutura física, conservar as áreas externas e assim atender bem às crianças”, ressalta o analista ambiental Alberto Felipe Klotz, chefe da Flona. O programa “Trilhas da Floresta Nacional” recebeu cerca de 2 mil alunos da rede escolar em 2017, e este ano espera por 2.500 estudantes. Os visitantes são guiados por cinco monitores, que promovem palestras, jogos, teatros e outras atividades lúdicas. Todos os alunos recebem um boné, squeeze e jogo da memória com animais da Flona, além de lanche e transporte.



crédito Alberto Felipe Klotz

REBIO DE SOORETAMA (ES)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Colaboraram nesta edição

Alberto Felipe Klotz – Flona Rio Preto; Bruno Bimbato – DCOM; Bruno Vinícius da Silva Souza – Parna das Sempre-Vivas; Dayanne Ferreira dos Santos Sirqueira – APA Cavernas do Peruaçu; Diego da Silva Santos – ICMBio Costa dos Corais; Fernanda Oliveto – Copeg; Fernando P. M. Repinaldo Filho – Parna Marinho dos Abrolhos; Jaqueline Sicupira; Larissa Dalmolin Caldonho – CGPLAN; Marcos Cezar dos Santos – Parna da Restinga de Jurubatiba; Ramilla Rodrigues – DCOM; Serena Turbay – Coest; Talitha Pires – APA de Cairuçu; Verônica Ferron – CR11; Walter Steenbock – Cepsul.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



@icmbio



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



@icmbio



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

GOVERNO
FEDERAL